

PÓS-PROVA
CONFIRA OS RECURSOS!

DETRAN SP
Acabe com a ansiedade!

PROVA TIPO 1 - CONCURSO DETRAN SP - AGENTE DE TRÂNSITO

PROVA COMENTADA

Navegue pelo conteúdo com o índice abaixo:

Língua Portuguesa - Questões de 1 a 10 comentadas pelo prof. Bruno Pilastre.....2
Raciocínio Lógico-Matemático - Questões de 11 a 15 comentadas pelo prof. Josimar Padilha.....6
Noções de Informática - Questões de 16 a 20 comentadas pelo prof. Maurício Franceschini.....10
Direito Constitucional - Questões de 21 a 25 comentadas pelo prof. Samuel Marques..... 12
Direito Administrativo - Questões de 26 a 30 comentadas pelo prof Gustavo Scatolino..... 15
Código Brasileiro de Trânsito - Questões de 31 a 47 comentadas pelo prof. Daniel Barbosa da Silva.....17
Resoluções do CONTRAN - Questões 48 a 55 comentadas pelo prof. Vandré Silvano..... 22
Legislação Estadual - Questões de 56 a 60 comentadas pelo prof. Vandré Amorim..... 26

Língua Portuguesa - Questões de 1 a 10 comentadas pelo prof. Bruno Pilastre

QUESTÃO 01: Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas de acordo com as normas vigentes em Língua Portuguesa.
GABARITO PRELIMINAR: C
COMENTÁRIO: A alternativa (c) está correta: todos os seus vocábulos estão grafados e acentuados em estrita observância à norma-padrão da língua portuguesa, destacando-se que a palavra "assembleia" perdeu o acento gráfico na vogal tônica do ditongo aberto "ei" por ser paroxítona (conforme as regras do Acordo Ortográfico) e "lisura" escreve-se com a letra "s". Por outro lado, a alternativa (a) está incorreta porque "jiboias" (paroxítona com ditongo aberto "oi") e "jacus" (oxítona terminada em "u") não levam acento gráfico; a alternativa (b) está errada pois omitiu os acentos gráficos obrigatórios dos vocábulos "mausoléu" (ditongo aberto tônico "éu") e "espíritos" (proparoxítona); a alternativa (d) é falsa porque o termo "paranoica" não recebe mais acento gráfico, visto ser uma paroxítona com ditongo aberto "oi"; por fim, a alternativa (e) incorre em erro ao omitir o hífen obrigatoriamente exigido na junção do prefixo "inter-" com o termo iniciado pela letra "r" ("inter-regional").

QUESTÃO 02: Assinale a alternativa cujos elementos preenchem corretamente as lacunas a seguir, na mesma ordem.

Todos foram convidados para _____
GABARITO PRELIMINAR: E
COMENTÁRIO: A alternativa (e) apresenta a sequência exata de preenchimento das lacunas (a / às / a / a / a): no primeiro espaço, a preposição "para" já está posta, exigindo-se apenas o artigo definido feminino "a" para determinar o substantivo "recepção"; na segunda lacuna, a locução adverbial de modo de base feminina "às pressas" exige obrigatoriamente o sinal indicativo de crase; no terceiro caso, o substantivo "referência" rege a preposição "a", mas o pronome indefinido "todas" rejeita artigo no singular, havendo apenas preposição pura "a"; na quarta ocorrência, o verbo "referir-se" rege a preposição "a", porém o pronome de tratamento "você" repele artigo, mantendo-se apenas a preposição "a"; no quinto ponto, não ocorre crase entre palavras repetidas que constituem locução ("face a face"); por fim, na sexta lacuna, a palavra "alusão" rege a preposição "a", mas o pronome indefinido "ninguém" repele o artigo definido feminino, empregando-se unicamente a preposição "a". As demais alternativas (a), (b), (c) e (d) apresentam incorreções no emprego do acento grave ou na identificação da preposição pura.

QUESTÃO 03: Assinale a alternativa cuja palavra destacada introduz uma oração de valor adjetivo.
GABARITO PRELIMINAR: A

COMENTÁRIO: A alternativa (a) está correta, pois o vocábulo "que" funciona como pronome relativo ao retomar o pronome demonstrativo antecedente "o" (com sentido de "aquilo o qual"), introduzindo uma oração subordinada adjetiva restritiva no verso de Victor Hugo. As demais alternativas estão incorretas porque: na alternativa (b), o conectivo "que" atua como conjunção integrante introduzindo uma oração subordinada substantiva objetiva direta ("entender isso"); na alternativa (c), o termo "que" é conjunção integrante introduzindo oração subordinada substantiva predicativa ("A sensação é essa"); na alternativa (d), a palavra "que" exerce a função de conjunção subordinada explicativa/causal ("pois ela dará uma a você"); e, na alternativa (e), o vocábulo "que" integra a locução comparativa "do que", introduzindo oração subordinada adverbial comparativa.

QUESTÃO 04: "O Sol levantou-se no horizonte; e seu olhar majestoso desceu dos montes à floresta." (José de Alencar)

O Sol, no trecho, é apresentado sob a seguinte figura de linguagem:
GABARITO PRELIMINAR: C
COMENTÁRIO: A alternativa (c) está correta, uma vez que, no excerto de José de Alencar, a atribuição de atitudes, atributos e ações propriamente humanas (como possuir um "olhar majestoso" e o ato voluntário de "descer o olhar") a um elemento inanimado da natureza (o "Sol") caracteriza a figura de linguagem denominada prosopopeia ou personificação. As demais alternativas estão incorretas porque: a alternativa (a) conceitua a hipérbole (expressão com exagero intencional); a alternativa (b) diz respeito à catacrese (uso de um termo por falta de nome específico na língua, como "pé da mesa"); a alternativa (d) refere-se ao eufemismo (abrandamento de ideia desagradável); e a alternativa (e) define o hipérbato (inversão da ordem direta dos termos da oração).

QUESTÃO 05: Assinale a alternativa cujas formas verbais preenchem corretamente as lacunas a seguir.

Os alpinistas seriam salvos se eles _____ os montes ainda durante o dia.
GABARITO PRELIMINAR: B
COMENTÁRIO: A alternativa (b) é a única que preenche corretamente todas as lacunas em conformidade com as regras de flexão e conjugação verbal no modo subjuntivo: a forma "transpusessem" atende ao imperfeito do subjuntivo do verbo "transpor" (derivado de "pôr"); a forma "couber" atende ao futuro do subjuntivo do verbo "caber"; a forma "vierem" corresponde ao futuro do subjuntivo do verbo de movimento "vir"; a forma "reouvermos" corresponde ao futuro do subjuntivo do verbo defectivo/irregular "reaver" (derivado de "haver"); e a forma "contivessem" atende ao imperfeito do subjuntivo do verbo "conter" (derivado de "ter"). As alternativas (a), (c), (d) e (e) apresentam erros de conjugação ao utilizarem formas inexistentes ou inadequadas na

norma-padrão, tais como "transpossem", "caber", "virem" (confundido com o verbo ver), "reavermos" e "contessem".

QUESTÃO 06: Assinale a alternativa em que ambas as formas verbais apresentadas entre parênteses preenchem corretamente a lacuna da frase, conforme a norma-padrão.
GABARITO PRELIMINAR: D
COMENTÁRIO: A alternativa (d) está correta, porquanto o seu sujeito é constituído por uma expressão partitiva ("Grande parte dos...") acompanhada de um termo especificador no plural ("moradores"), situação em que a norma-padrão faculta ao enunciador realizar a concordância verbal no singular com o núcleo partitivo ("anda") ou no plural com o elemento especificador ("andam"). A alternativa (a) está incorreta porque o sujeito "A escolha dos jogadores" tem como núcleo o substantivo singular "escolha", exigindo apenas a forma singular "agradou"; a alternativa (b) está errada pois na indicação de horas o verbo "ser" concorda obrigatoriamente com o número de horas ("seriam três e meia"); a alternativa (c) é falsa porque a expressão "algum de vocês" tem por núcleo o pronome indefinido singular "algum", exigindo o verbo obrigatoriamente no singular ("poderia"); por fim, a alternativa (e) é incorreta visto que o verbo "chover" foi empregado em sentido figurado com sujeito claro ("balas de fuzil"), devendo flexionar-se obrigatoriamente no plural ("choveram").

QUESTÃO 07: Assinale a alternativa cujas palavras preenchem corretamente as lacunas a seguir, na mesma ordem, de acordo com a norma-padrão.

História e matemática são conteúdos muito importantes para a nossa formação. Enquanto
GABARITO PRELIMINAR: A
COMENTÁRIO: A alternativa (a) é a única correta de acordo com as regras formais de referenciação anafórica por meio de pronomes demonstrativos: na retomada de dois elementos citados previamente no texto ("História" e "matemática"), o pronome "esta" é utilizado para retomar o termo imediatamente mais próximo ou citado por último ("matemática"), enquanto o pronome "aquela" é empregado para resgatar o termo mais distante ou citado em primeiro lugar ("História"). As alternativas (b), (c), (d) e (e) estão incorretas porque utilizam inadequadamente o pronome "essa" (o qual não se presta a fazer a diferenciação sintática entre dois termos antecedentes distintos) ou invertem a ordem lógica das referências espaciais/textuais de proximidade.

QUESTÃO 08: Assinale a alternativa em que ambas as explicações sobre a colocação pronominal em trechos da fala do personagem da charge estão corretas.
GABARITO PRELIMINAR: D
COMENTÁRIO: A alternativa (d) está correta, tendo em vista que avalia com precisão ambas as

ocorrências da fala do personagem: a estrutura "Me sinto preso" viola a norma-padrão por iniciar a oração com pronome oblíquo tônico/átono sem termo antecedente atrativo (sendo a ênclise "Sinto-me preso" a forma correta); já o segmento "Os devedores não me pagam" cumpre perfeitamente a norma culta, pois o advérbio de negação "não" atua como palavra atrativa obrigatória da próclise, tornando formalmente incorreta a opção de ênclise ("não pagam-me"). As alternativas (a), (b), (c) e (e) estão incorretas por afirmarem erroneamente que a próclise inicial é aceita pela gramática normativa ou por admitirem a ênclise após a palavra de negação "não".

QUESTÃO 09: "Fernando Pessoa, grande escritor português, perguntou, em uma de suas obras:

– O que é a arte senão a negação da vida?"

Reescrevendo o trecho no discurso indireto, sem alteração do seu significado básico, fica...
GABARITO PRELIMINAR: E
COMENTÁRIO: A alternativa (e) apresenta a correta transposição do trecho para o discurso indireto: eliminam-se os sinais de travessão e aspas da fala direta; ajusta-se o tempo verbal do presente do indicativo ("é") para o pretérito imperfeito do indicativo ("era"); e altera-se a modalidade da oração para a perspectiva declarativa do narrador ("perguntou [...] o que era a arte senão a negação da vida"), que deve ser encerrada por ponto final. A alternativa (a) erra ao manter a pontuação de interrogação no final do discurso indireto; a alternativa (b) falha ao misturar travessões, dois-pontos e pontuação truncada; a alternativa (c) erra ao manter o verbo no presente do indicativo ("é") e encerrar com ponto de exclamação; e a alternativa (d) incorre em erro ao manter a marca de interrogação em uma oração subordinada substantiva indireta.

QUESTÃO 10: Assinale a alternativa cuja palavra destacada não possui nenhuma função morfossintática específica, servindo apenas para realçar o sentido de uma parte do enunciado.
GABARITO PRELIMINAR: B
COMENTÁRIO: A alternativa (b) está correta, pois o pronome oblíquo "se" associado ao verbo intransitivo de movimento ("vão-se dos pombais") atua como partícula expletiva ou de realce, cuja função é meramente enfática ou expressiva, podendo ser suprimido da frase sem nenhum prejuízo para a estrutura sintática ou para a correção normativa. As alternativas (a), (c), (d) e (e) estão incorretas porque os termos destacados desempenham funções sintático-morfológicas essenciais ou integrantes: na alternativa (a), o vocábulo "que" é conjunção integrante; na alternativa (c), o termo "que" é pronome relativo com função de objeto direto; na alternativa (d), a partícula "se" é conjunção integrante; e, na alternativa (e), o pronome "lhe" atua como adjunto adnominal de posse.

Raciocínio Lógico-Matemático - Questões de 11 a 15 comentadas pelo prof. Josimar Padilha

QUESTÃO 11: Uma equipe de engenharia monitora o tráfego de veículos em um cruzamento por meio de sensores instalados nas vias. No modelo utilizado pelo sistema, o deslocamento de um veículo é representado pelo número complexo...

GABARITO PRELIMINAR: A

COMENTÁRIO:

No número complexo $z = x + yi$, x é a componente horizontal e y é a vertical. x positivo indica leste; y positivo indica norte. Não se deve confundir o coeficiente y com o símbolo i.

Temos $x + y = 11$, $x^2 + y^2 = 65$ e a condição adicional $x < y$. Precisamos encontrar o par ordenado (x,y) que satisfaz as três informações.

Da primeira equação, subtraímos x dos dois lados: $y = 11 - x$.

Assim, conseguimos escrever a segunda equação apenas em função de x.

$x^2 + (11 - x)^2 = 65$. Como $(a - b)^2 = a^2 - 2ab + b^2$, temos $(11 - x)^2 = 121 - 22x + x^2$.

Logo: $x^2 + 121 - 22x + x^2 = 65$.

$2x^2 - 22x + 121 - 65 = 0$, ou $2x^2 - 22x + 56 = 0$. Dividindo tudo por 2: $x^2 - 11x + 28 = 0$.

Procuramos dois números cujo produto seja 28 e cuja soma seja 11: 4 e 7.

Portanto, $(x - 4)(x - 7) = 0$. Daí, $x = 4$ ou $x = 7$.

Se $x = 4$, $y = 11 - 4 = 7$, e $4 < 7$ é verdadeiro. Se $x = 7$, $y = 4$, mas $7 < 4$ é falso.

Eliminamos a segunda possibilidade.

$x = +4$ representa 4 m para leste e $y = +7$ representa 7 m para norte.

Portanto, alternativa A.

Conferência: $4 + 7 = 11$ e $4^2 + 7^2 = 16 + 49 = 65$.

QUESTÃO 12: Uma prefeitura acompanhou os dados de trânsito de quatro avenidas durante dois períodos de 30 dias: antes e após a implantação de medidas de segurança viária. Para comparar os resultados, foi utilizado...

GABARITO PRELIMINAR: B

COMENTÁRIO:

Os valores representam sinistros por 10 mil veículos, e não quantidades absolutas de acidentes. Os dados antes/depois são:

A 0,80/0,64;

B 0,80/0,50;

C 0,67/0,59;

D 1,00/0,67.

A questão solicita a MAIOR REDUÇÃO PERCENTUAL. Não basta comparar as diferenças: precisamos dividi-las pelo valor inicial de cada avenida.

Montar a fórmula. Redução percentual = [(valor inicial − valor final) ÷ valor inicial] × 100%. O denominador é sempre o valor ANTES da medida.

Calcular a avenida A. Diferença: 0,80 − 0,64 = 0,16. Percentual: 0,16 ÷ 0,80 = 0,20 = 20%.

Calcular a avenida B. Diferença: 0,80 − 0,50 = 0,30. Percentual: 0,30 ÷ 0,80 = 0,375 = 37,5%.

Calcular a avenida C. Diferença: 0,67 − 0,59 = 0,08. Percentual: 0,08 ÷ 0,67 ≈ 0,1194 = 11,94%.

Calcular a avenida D. Diferença: 1,00 − 0,67 = 0,33. Percentual: 0,33 ÷ 1,00 = 0,33 = 33%.

Comparar. Reduções percentuais: A = 20%; B = 37,5%; C ≈ 11,94%; D = 33%. A maior é a de B.

D tem maior redução ABSOLUTA (0,33), mas não a maior redução RELATIVA.

QUESTÃO 13: Uma garagem retangular possui 24 m de comprimento e 15 m de largura. Para permitir a circulação dos veículos, 25% de sua área...
GABARITO PRELIMINAR: D
COMENTÁRIO:

Passos:

Calcular a área total. A garagem é um retângulo de 24 m por 15 m.

Área = comprimento × largura = 24 × 15 = 360 m².

Separar a circulação das vagas. O enunciado diz que 25% da área é destinada à circulação. Portanto, a área útil para vagas corresponde a 100% − 25% = 75%.

Calcular a área útil. 75% de 360 = 0,75 × 360 = 270 m².

Também seria possível fazer 360 − (0,25 × 360) = 360 − 90 = 270 m².

Descobrir quantas vagas existem. Cada vaga ocupa 10 m². Logo, número de vagas = 270 ÷ 10 = 27.

Identificar a produtividade inicial. Quatro funcionários limpam 9 vagas em 2 horas. Isso equivale a 4 × 2 = 8 horas-funcionário para limpar 9 vagas.

Ajustar a quantidade de serviço. A nova tarefa exige limpar 27 vagas, que é 27 ÷ 9 = 3 vezes a quantidade inicial. Mantida a produtividade, seriam necessárias 8 × 3 = 24 horas-funcionário.

Ajustar o tamanho da equipe. Agora são 8 funcionários. Tempo = 24 horas-funcionário ÷ 8 funcionários = 3 horas.

Conferir pela regra de três composta. 4 funcionários → 9 vagas → 2 horas; 8 funcionários → 27 vagas → t horas. O tempo aumenta na razão 27/9 = 3 e diminui na razão 4/8 = 1/2. Portanto, t = 2 × 3 × (1/2) = 3 horas.

Conclusão. A equipe levará 3 horas, correspondentes à alternativa D.

QUESTÃO 14: Uma empresa que oferece serviços de manutenção para motocicletas fez um levantamento entre seus clientes para identificar...
GABARITO PRELIMINAR: E
COMENTÁRIO:

Dados iniciais. 125 cilindradas: 200 clientes; 250 cilindradas: 100 clientes; 500 cilindradas: 100 clientes. Total inicial = 200 + 100 + 100 = 400.

Passos:

Atualizar o grupo de 125 cilindradas. O novo número é 6/5 do anterior: 200 × 6/5 = (200 ÷ 5) × 6 = 40 × 6 = 240.

Atualizar o grupo de 250 cilindradas. O novo número é 9/10 do anterior: 100 × 9/10 = (100 ÷ 10) × 9 = 10 × 9 = 90.

Manter o grupo de 500 cilindradas. O enunciado afirma que a quantidade permaneceu a mesma: 100 clientes.

Calcular o novo total. 240 + 90 + 100 = 430 clientes. Atenção: não podemos usar o total antigo de 400, porque dois grupos mudaram.

Calcular a participação de 500 cilindradas. A fração é parte ÷ todo = 100/430. Simplificando por 10: 10/43. Em percentual, 10 ÷ 43 ≈ 0,23256 = 23,26%.

Interpretar o limite. O critério para ampliar é participação SUPERIOR a 1/5, isto é, superior a 20%. Como 23,26% > 20%, a ampliação deve ocorrer.

Comparar frações sem arredondar. 10/43 > 1/5 porque 10 × 5 = 50 e 1 × 43 = 43; como 50 > 43, a desigualdade é verdadeira.

Identificar a alternativa. A correta é E: a empresa deve ampliar o atendimento, pois a participação do grupo de 500 cilindradas é 10/43, superior a 1/5. A alternativa C erra ao afirmar que essa fração é inferior ao limite.

QUESTÃO 15: Uma empresa responsável pela gestão de uma frota precisa quitar um débito decorrente de uma multa de trânsito no valor de R$ 1. 000...
GABARITO PRELIMINAR: C
COMENTÁRIO:

Identificando os saldos sucessivos. A reserva ao final dos quatro meses foi R$ 680,00; R$ 748,00; R$ 822,80; R$ 905,08. A multa é de R$ 1.000,00. Assim, temos que:

Descobrir o fator de crescimento. Dividimos o segundo saldo pelo primeiro: 748 ÷ 680 = 1,10. Isso significa que a reserva é multiplicada por 1,10 a cada mês.

Converter o fator em taxa. 1,10 = 1 + 0,10. Logo, a taxa mensal é 0,10 = 10%. O fator 1,10 corresponde a manter 100% do saldo e acrescentar 10%.

Verificar se a taxa é constante. 748 × 1,10 = 822,80; e 822,80 × 1,10 = 905,08. Os saldos confirmam o rendimento composto de 10% ao mês.

Projetar o próximo mês. Como não haverá novos depósitos, apenas o rendimento incide sobre R$ 905,08. Valor futuro = 905,08 × 1,10 = R$ 995,588.

Arredondar em centavos. O resultado monetário é aproximadamente R$ 995,59, porque a terceira casa decimal é 8 e eleva a segunda casa decimal.

Comparar com a multa. R$ 995,59 é inferior a R$ 1.000,00. Portanto, a reserva não será suficiente.

Calcular quanto faltará. Diferença = 1.000,00 − 995,588 = 4,412, que arredondada para centavos corresponde a R$ 4,41.

Noções de Informática - Questões de 16 a 20 comentadas pelo prof. Maurício Franceschini

QUESTÃO 16: Uma autarquia passou a utilizar uma ferramenta de Inteligência Artificial (IA) Generativa para apoiar seus servidores...
GABARITO PRELIMINAR: D
COMENTÁRIO: Caso citado indica uma situação de alucinação da IA generativa, ou seja, criação arbitrária de dados plausíveis, porém inverídicos. Devido a casos assim, é imprescindível a supervisão humana obrigatória no uso de IA no serviço público e na governança de TI.

QUESTÃO 17: Com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sobre incidentes de segurança que envolvem dados pessoais, assinale a alternativa correta.
GABARITO PRELIMINAR: D
COMENTÁRIO: Conforme o art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), *"o controlador deverá comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares"*. A responsabilidade principal perante a autoridade e titulares é do controlador, e o critério para a comunicação do incidente exige a possibilidade de risco ou dano relevante.

QUESTÃO 18: Sobre os recursos de armazenamento e compartilhamento do OneDrive e do Google Drive...
GABARITO PRELIMINAR: A
COMENTÁRIO: Tanto no Google Drive quanto no Microsoft OneDrive, o proprietário ou criador do arquivo pode configurar os níveis de controle de acesso ao compartilhar (como somente leitura/visualização, permissão para comentar ou permissão total de edição).

QUESTÃO 19: Assinale a alternativa que relaciona corretamente um protocolo de rede à sua finalidade.
GABARITO PRELIMINAR: B
COMENTÁRIO: O **HTTPS** (*Hypertext Transfer Protocol Secure*) utiliza criptografia de ponta a ponta (via TLS/SSL) para transferência segura de hipertexto na web. Já a transferência de arquivos é a função do FTP (e não do HTTP); o envio/roteamento de e-mails é atribuição do SMTP (e não do FTP); o acesso e sincronização de mensagens da caixa postal é atribuição do IMAP (e não do SMTP); a requisição e entrega de páginas web cabe ao HTTP/HTTPS (e não ao IMAP).

QUESTÃO 20: No planejamento da recuperação de um sistema, foram estabelecidos RPO de 4 horas e RTO de 2 horas...

GABARITO PRELIMINAR: A

COMENTÁRIO: RPO (*Recovery Point Objective*) indica a quantidade máxima tolerável de dados perdidos medida no tempo (uma defasagem máxima aceita de até 4 horas de dados perdidos). **RTO (*Recovery Time Objective*):** indica o tempo máximo aceitável para restaurar os serviços após uma pane/incidente (o sistema precisa voltar a operar em até 2 horas).

Direito Constitucional - Questões de 21 a 25 comentadas pelo prof. Samuel Marques

QUESTÃO 21: O Presidente da República apresentou proposta de emenda à Constituição destinada...
GABARITO PRELIMINAR: B
COMENTÁRIO: A **alternativa A** está incorreta porque o Presidente da República pode apresentar a proposta de emenda à Constituição, mas não lhe cabe sancionar ou vetar a emenda aprovada. A **alternativa B** está correta porque, após a aprovação em dois turnos por três quintos dos membros de cada Casa, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam a emenda com o respectivo número de ordem. A **alternativa C** está incorreta porque o art. 60 da Constituição não exige referendo popular para a entrada em vigor da emenda. A **alternativa D** apresenta dois erros. O Presidente do Congresso Nacional não promulga a emenda individualmente, e o procedimento não exige parecer vinculante do STF. A **alternativa E** está incorreta porque não há remessa obrigatória da proposta ao STF para controle preventivo de constitucionalidade.
Fundamento: art. 60, II e §§ 2º e 3º, da Constituição Federal.

QUESTÃO 22: Durante a elaboração de um plano integrado de segurança, representantes da União, dos estados e dos municípios discutiram...
GABARITO PRELIMINAR: C
COMENTÁRIO: A **assertiva I** está correta porque a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e tem por finalidade preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. A **assertiva II** está incorreta porque acrescenta as **sociedades de economia mista** ao rol do art. 144, § 1º, I. O dispositivo menciona a União, suas autarquias e suas empresas públicas. Assim, a simples lesão a uma sociedade de economia mista não atrai, por si só, a atribuição da Polícia Federal. A **assertiva III** está correta porque a Polícia Rodoviária Federal exerce o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, enquanto a Polícia Ferroviária Federal exerce essa função nas ferrovias federais. A **assertiva IV** está incorreta porque, embora descreva corretamente as atividades de educação, engenharia e fiscalização de trânsito, inclui a **União** no rol do § 10, II. Esse dispositivo menciona apenas os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Quanto às alternativas, a **A** erra ao incluir a assertiva II. A **B** reúne justamente as duas assertivas falsas, II e IV. A **C** está correta porque indica apenas I e III. A **D** inclui II e IV e ainda omite I. A **E** reconhece corretamente a assertiva III, mas inclui IV e omite I.
Fundamento: art. 144, *caput*, § 1º, I, §§ 2º e 3º e § 10, I e II, da Constituição Federal.

QUESTÃO 23: Tício nasceu na Itália. Sua mãe é brasileira nata, mas, na ocasião do nascimento...
GABARITO PRELIMINAR: A

COMENTÁRIO: A **alternativa A** está correta porque Tício, filho de mãe brasileira, passou a residir no Brasil aos 20 anos e pode optar pela nacionalidade brasileira, hipótese em que será reconhecido como **brasileiro nato**. A **alternativa B** está incorreta porque, nas circunstâncias narradas, a filiação, por si só, não basta. A mãe não estava a serviço do Brasil, e o nascimento não foi registrado em repartição brasileira competente. A **alternativa C** está incorreta porque a falta de registro no exterior não obriga Tício a recorrer à naturalização. Ele pode obter o reconhecimento da nacionalidade originária mediante residência no Brasil e opção após a maioridade. A **alternativa D** está incorreta porque os requisitos de um ano de residência ininterrupta e idoneidade moral dizem respeito à naturalização dos originários de países de língua portuguesa. A **alternativa E** está incorreta porque a maioridade é requisito para **exercer a opção**. A Constituição não exige que a **residência no Brasil** comece antes dos 18 anos.
Fundamento: art. 12, I, alíneas *b* e *c*, e II, alínea *a*, da Constituição Federal.

QUESTÃO 24: Rafael é investigado pela possível prática de crime contra o patrimônio...
GABARITO PRELIMINAR: E
COMENTÁRIO: A **alternativa A** está incorreta porque o mandado judicial, por si só, permite o ingresso forçado no domicílio **durante o dia**. A **alternativa B** está incorreta porque investigar um crime contra o patrimônio não equivale a constatar uma situação de flagrante delito na residência. A **alternativa C** acerta ao considerar o ingresso inválido, mas erra na justificativa. A Constituição admite a entrada sem consentimento do morador em caso de flagrante delito ou desastre, para prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial. A **alternativa D** está incorreta porque comunicar a diligência ao juiz no dia seguinte não sana a irregularidade da entrada às 23 horas. A **alternativa E** está correta porque o morador recusou o ingresso e não havia flagrante, desastre ou necessidade de socorro. Nessas circunstâncias, os policiais deveriam aguardar o período diurno para cumprir o mandado.
Fundamento: art. 5º, XI, da Constituição Federal.

QUESTÃO 25: O Movimento Cidadania comunicou à autoridade municipal que realizaria manifestação pacífica, sem armas, na Praça Central...
GABARITO PRELIMINAR: D
COMENTÁRIO: A **alternativa A** está incorreta porque a escolha do local da manifestação deve respeitar a reunião anteriormente convocada para o mesmo espaço. A **alternativa B** está incorreta porque reuniões pacíficas e sem armas em locais abertos ao público independem de autorização administrativa. A coincidência de local e horário também não justifica proibir os dois atos. A **alternativa C** está incorreta porque o Movimento Cidadania não precisava obter licença municipal para realizar a primeira reunião. A **alternativa D** está correta porque a autoridade preservou a reunião convocada primeiro e permitiu que o Grupo Renovação se manifestasse em local próximo. A **alternativa E** está incorreta porque, nas circunstâncias narradas, a autoridade municipal podia

organizar o uso da praça sem decisão judicial prévia. Conforme o STF, basta que a informação divulgada permita ao poder público proteger o exercício pacífico do direito de reunião e evitar que uma manifestação frustre outra no mesmo local.

Fundamento: art. 5º, XVI, da Constituição Federal e STF, RE 806.339, Tema 855 da repercussão geral

Direito Administrativo - Questões de 26 a 30 comentadas pelo prof Gustavo Scatolino

QUESTÃO 26: Com base na Lei no 10.177/1998, que regula o processo administrativo no estado de São Paulo, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.
GABARITO PRELIMINAR: C
COMENTÁRIO: As assertivas I, II e IV estão corretas, conforme a Lei Estadual nº 10.177/1998. A lei aplica-se subsidiariamente aos procedimentos administrativos com disciplina específica, estabelece prazo de 15 dias para defesa no procedimento sancionatório e admite a concessão de efeito suspensivo ao recurso nas hipóteses legais. A assertiva III está incorreta, pois a recusa de provas exige decisão fundamentada, conforme o art. 22, § 2º.

QUESTÃO 27: A responsabilidade civil do Estado possui diferenças em relação à responsabilização do direito privado. Imagine a seguinte situação: uma concessionária...
GABARITO PRELIMINAR: B
COMENTÁRIO: As concessionárias de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos causados por seus agentes na prestação do serviço, independentemente da comprovação de culpa. Conforme o art. 37, § 6º, da Constituição Federal, é assegurado o direito de regresso contra o agente responsável nos casos de dolo ou culpa.

QUESTÃO 28: Mediante lei específica, o Estado criou uma pessoa jurídica de direito público, com patrimônio próprio e capacidade de autoadministração...
GABARITO PRELIMINAR: A
COMENTÁRIO: A autarquia é pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica, com patrimônio próprio e capacidade de autoadministração. Integra a Administração Pública indireta e resulta da descentralização administrativa. Sua vinculação a uma Secretaria de Estado permite a supervisão finalística, sem subordinação hierárquica.

QUESTÃO 29: Ricardo, servidor público vinculado a um órgão público do estado de São Paulo, autorizou o pagamento de determinada despesa...
GABARITO PRELIMINAR: D
COMENTÁRIO: A Lei nº 14.230/2021 passou a exigir dolo para a configuração dos atos de improbidade administrativa, afastando a modalidade culposa. Assim, a mera negligência do servidor, sem a intenção de alcançar o resultado ilícito previsto na Lei nº 8.429/1992, não configura improbidade administrativa, embora possa gerar responsabilização em outras esferas.

QUESTÃO 30: Com base na Constituição Federal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

GABARITO PRELIMINAR: E

COMENTÁRIO: As assertivas I e II estão corretas. Conforme o art. 41 da Constituição Federal, a estabilidade é adquirida após três anos de efetivo exercício em cargo público efetivo, mediante aprovação em avaliação especial de desempenho. O servidor estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo com ampla defesa. A estabilidade não se aplica aos empregados públicos das empresas estatais nem aos ocupantes exclusivamente de cargos em comissão.

Código Brasileiro de Trânsito - Questões de 31 a 47 comentadas pelo prof. Daniel Barbosa da Silva

QUESTÃO 31: Considerando as disposições preliminares do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), assinale a alternativa correta.

GABARITO PRELIMINAR: A

COMENTÁRIO: Art. 1º, § 2º. O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

QUESTÃO 32: Durante procedimento administrativo no DETRAN, determinado servidor analisa o processamento da suspensão do direito...

GABARITO PRELIMINAR: C

COMENTÁRIO: Art. 261, § 10. O processo de suspensão do direito de dirigir a que se refere o inciso II do caput deste artigo deverá ser instaurado concomitantemente ao processo de aplicação da penalidade de multa, e ambos serão de competência do órgão ou entidade responsável pela aplicação da multa, na forma definida pelo Contran.

QUESTÃO 33: Durante atendimento no DETRAN, o proprietário de um veículo informa que realizou mudança de categoria e pretende saber se a alteração...

GABARITO PRELIMINAR: E

COMENTÁRIO: Art. 123. Será obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando: IV – houver mudança de categoria.

QUESTÃO 34: A respeito da composição e das atribuições dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, nos termos definidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB)...

GABARITO PRELIMINAR: B

COMENTÁRIO: Art. 12 Compete ao CONTRAN: I - estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito.

QUESTÃO 35: Ao solicitar o licenciamento anual de seu automóvel perante o DETRAN, um proprietário é informado da existência de débitos...

GABARITO PRELIMINAR: C

COMENTÁRIO: Art. 131, §2º O veículo somente será considerado licenciado estando quitados os débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas.

QUESTÃO 36: A respeito das normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) aplicáveis à condução de veículos...

GABARITO PRELIMINAR: D

COMENTÁRIO: Art. 67-C, § 4º. Entende-se como tempo de direção ou de condução apenas o período em que o condutor estiver efetivamente ao volante, em curso entre a origem e o destino.

QUESTÃO 37: Com base no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), sobre os direitos e deveres dos pedestres...

GABARITO PRELIMINAR: E

COMENTÁRIO: Art. 68, §1º. O ciclista desmontado, empurrando a bicicleta, equipara-se ao pedestre em direitos e deveres."

QUESTÃO 38: Após observar sucessivas situações de risco em cruzamento próximo a uma escola, uma cidadã encaminhou ao órgão de trânsito solicitação...

GABARITO PRELIMINAR: D

COMENTÁRIO: Art. 72. Todo cidadão ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes a este Código.

Art. 73. Os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito têm o dever de analisar as solicitações e responder, por escrito, dentro de prazo razoável, informando as providências tomadas.

QUESTÃO 39: Durante a fiscalização de trânsito em um cruzamento, o semáforo indicava sinal verde para determinado fluxo de veículos...

GABARITO PRELIMINAR: B

COMENTÁRIO: Art. 89. A sinalização terá a seguinte ordem de prevalência: I - as ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais.

QUESTÃO 40: A realização de obra ou evento capaz de perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança...

GABARITO PRELIMINAR: A

COMENTÁRIO: Art. 95, §2º - Salvo em casos de emergência, a autoridade de trânsito ou seus agentes avisarão a comunidade, por intermédio dos meios de comunicação social, com quarenta e oito horas de antecedência, de qualquer interdição da via, indicando os caminhos alternativos a serem utilizados.

QUESTÃO 41: Em relação à classificação dos veículos estabelecida pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F)...

GABARITO PRELIMINAR: D (F – F – V – V)

COMENTÁRIO: Art. 96. Os veículos classificam-se em: I – quanto à tração: a) automotor; b) elétrico; c) de propulsão humana; d) de tração animal; e) reboque ou semi-reboque; II – quanto à espécie: a) de passageiros: 1 – bicicleta; 2 – ciclomotor; 3 – motoneta; 4 – motocicleta; [...] III – quanto à categoria: a) oficial; b) de representação diplomática, de repartições consulares de carreira ou organismos internacionais acreditados junto ao Governo brasileiro; c) particular; d) de aluguel; e) de aprendizagem.

Bicicleta, ciclomotor, motoneta e motocicleta são espécie, e não tração. Automotor, elétrico e propulsão humana são tração, e não espécie.

QUESTÃO 42: Carlos vendeu seu automóvel a Beatriz, residente no mesmo município, sem que houvesse alteração das características do veículo...

GABARITO PRELIMINAR: B

COMENTÁRIO: Art. 123. Será obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando: I – for transferida a propriedade.

QUESTÃO 43: Todo veículo automotor, articulado, reboque ou semirreboque, para transitar na via, deverá ser licenciado. Acerca do licenciamento de...

GABARITO PRELIMINAR: C

COMENTÁRIO: Art. 130: "Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, para transitar na via, deverá ser licenciado anualmente pelo órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, onde estiver registrado o veículo [...]"

QUESTÃO 44: Para que veículo especialmente destinado à condução coletiva de escolares possa circular, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) estabelece...

GABARITO PRELIMINAR: C

COMENTÁRIO: Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto, os seguintes requisitos: I – registro como veículo de passageiros.

QUESTÃO 45: Durante fiscalização, um agente aborda motocicleta utilizada em serviço de moto-frete. O veículo possui dispositivo para transporte...

GABARITO PRELIMINAR: C

COMENTÁRIO: Art. 139-A, § 2º: É proibido o transporte de combustíveis, produtos inflamáveis ou tóxicos e de galões [...]

Duas exceções: gás de cozinha e galões com água mineral, com side-car, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

QUESTÃO 46: Após a lavratura de auto de infração, compete à autoridade de trânsito apreciar sua consistência e regularidade. De acordo com o...

GABARITO PRELIMINAR: D

COMENTÁRIO: Art. 281, parágrafo único: "O auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente: I – se considerado inconsistente ou irregular; II – se, no prazo máximo de trinta dias, não for expedida a notificação da autuação."

QUESTÃO 47: Durante fiscalização, um condutor, regularmente habilitado, é abordado dirigindo veículo automotor sem usar lentes corretoras de visão...

GABARITO PRELIMINAR: E

COMENTÁRIO: Art. 162, VI: dirigir sem usar lentes corretoras de visão, aparelho auxiliar de audição, de prótese física ou as adaptações do veículo impostas por ocasião da concessão ou da renovação da licença para conduzir" Infração gravíssima, penalidade de multa e medida administrativa de retenção do veículo até o saneamento da irregularidade ou apresentação de condutor habilitado.

Resoluções do CONTRAN - Questões 48 a 55 comentadas pelo prof. Vandré Silvano

QUESTÃO 48: A Resolução no 611/2016 regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres. Para fins dessa resolução...

GABARITO PRELIMINAR: A

COMENTÁRIO: A alternativa A está correta, pois reproduz a definição de desmontagem do art. 3º, I, da Resolução CONTRAN nº 611/2016: "atividade de desmonte ou destruição de veículo, seguida da destinação das peças ou conjunto das peças usadas para reposição, sucata ou outra destinação final". As alternativas B e C estão incorretas, pois atribuem à empresa de desmontagem e à empresa de recuperação de peças a definição que o art. 3º, IX, reserva à empresa especializada no comércio de peças. Pelo art. 3º, VI, a empresa de desmontagem é a que realiza as atividades previstas na Lei nº 12.977/2014. Pelo art. 3º, VIII, a empresa de recuperação de peças é a que atua na recuperação de peças descartadas no processo de desmontagem. A alternativa D está incorreta, pois a "reintrodução da peça no sistema produtivo, dando origem a um novo produto" é a definição de reciclagem (art. 3º, IV), e não de reposição. A alternativa E está incorreta, pois a "utilização imediata da peça sem nenhum tipo de tratamento (conserto)" é a definição de reposição de peças (art. 3º, III), e não de reciclagem.

QUESTÃO 49: Considere uma situação hipotética em que uma mãe transporta sua filha de seis anos de idade e 1,10 m de altura no banco traseiro do...

GABARITO PRELIMINAR: B

COMENTÁRIO: A alternativa B está correta, nos termos do art. 2º, caput, da Resolução CONTRAN nº 819/2021: as crianças com idade inferior a dez anos que não tenham atingido 1,45 m de altura devem ser transportadas nos bancos traseiros, "usando individualmente cinto de segurança ou dispositivo de retenção equivalente, na forma prevista no Anexo desta Resolução". A criança da situação hipotética tem 6 anos e 1,10 m, foi transportada no banco traseiro e usava dispositivo de retenção adequado, de modo que o transporte está regular. A alternativa A está incorreta, pois, conforme o Anexo da Resolução, o cinto de segurança do veículo sem assento de elevação é destinado a crianças com mais de 7 anos e meio. Na faixa de 4 a 7 anos e meio, utiliza-se o assento de elevação. A alternativa C está incorreta, pois a obrigatoriedade do dispositivo de retenção alcança crianças com menos de dez anos que não tenham atingido 1,45 m, e não apenas as menores de quatro anos. A alternativa D está incorreta, pois o airbag frontal é tratado no art. 4º apenas para o transporte excepcional no banco dianteiro e não condiciona a regularidade do transporte no banco traseiro. A alternativa E está incorreta, pois a regra é o transporte no banco traseiro (art. 2º). O banco dianteiro só é admitido nas hipóteses excepcionais do art. 3º.

QUESTÃO 50: Segundo a Resolução CONTRAN no 918/2022, órgão arrecadador é o órgão ou entidade que efetua a cobrança e o recebimento da multa de trânsito...

GABARITO PRELIMINAR: A

COMENTÁRIO: A alternativa A está correta. Nos termos do art. 2º, V, da Resolução CONTRAN nº 918/2022, órgão arrecadador é o "órgão ou entidade que efetua a cobrança e o recebimento da multa de trânsito, de sua competência ou de terceiros, sendo responsável pelo repasse dos 5% (cinco por cento) do valor da multa de trânsito à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), de que trata o § 1º do art. 320 do CTB". No mesmo sentido, o art. 24, § 1º, da Resolução atribui ao órgão arrecadador a responsabilidade pelo recolhimento do percentual de 5% à conta do FUNSET. As alternativas B, C, D e E estão incorretas, pois indicam percentuais (50% e 30%), restrições (somente infrações gravíssimas), formas de repasse (integralidade do valor) ou critérios (valor fixo por decreto municipal) sem previsão na Resolução nem no art. 320, § 1º, do CTB, que fixa o repasse em 5% do valor das multas arrecadadas.

QUESTÃO 51: A fiscalização do consumo, pelos condutores de veículos automotores, de bebidas alcoólicas e de outras substâncias psicoativas que determinem...
GABARITO PRELIMINAR: B
COMENTÁRIO: A alternativa B está correta, pois reproduz o art. 3º, § 3º, da Resolução CONTRAN nº 1.031/2026: "A utilização do etilômetro prevista no § 1º, inciso I, destina-se exclusivamente à verificação da influência de álcool, não se aplicando à constatação da presença ou da influência de outras substâncias psicoativas." Para as demais substâncias psicoativas, a Resolução prevê teste em aparelho específico ou a verificação dos sinais de alteração da capacidade psicomotora. A alternativa A está incorreta, pois o teste passivo de alcoolemia (pré-teste) tem caráter de triagem, com resultado meramente indicativo, e não pode fundamentar isoladamente a autuação pela infração do art. 165 do CTB. A alternativa C está incorreta, pois a Resolução determina que os testes realizados por aparelho sejam priorizados, tanto para o álcool quanto para as demais substâncias psicoativas. A alternativa D está incorreta, pois a fiscalização do consumo de álcool e de outras substâncias psicoativas constitui procedimento operacional rotineiro dos órgãos e entidades de trânsito, como reconhece o próprio enunciado, e não depende de autorização judicial. A alternativa E está incorreta, pois, constatado que o condutor não está em condições de dirigir, o veículo será retido até a apresentação de outro condutor habilitado e em condições de dirigir. A remoção ao depósito ocorre apenas se nenhum condutor se apresentar (art. 270, § 4º, do CTB).

QUESTÃO 52: Um motociclista circula pela via pública utilizando capacete de segurança, mas com a cinta jugular solta, sem o engate fixado por debaixo do maxilar...
GABARITO PRELIMINAR: C
COMENTÁRIO: A alternativa C está correta. Nos termos do art. 2º, caput, da Resolução CONTRAN nº 940/2022, é obrigatório, para circular nas vias públicas, o uso de capacete motociclístico pelo condutor e pelo passageiro "devidamente afixado à cabeça pelo conjunto formado pela cinta jugular e engate, por debaixo do maxilar inferior". O art. 5º, I, da mesma Resolução prevê a aplicação do art. 169 do CTB quando o condutor dirigir ou conduzir passageiro sem o capacete devidamente fixado dessa forma. A alternativa A está incorreta, pois não basta que o capacete esteja apoiado sobre a cabeça: ele deve estar afixado pela cinta jugular e pelo engate. A alternativa B está incorreta, pois os

óculos de proteção podem substituir a viseira, mas nunca a fixação do capacete pela cinta jugular. A alternativa D está incorreta, pois a exigência alcança tanto o condutor quanto o passageiro. A alternativa E está incorreta, pois a norma se aplica à circulação em quaisquer vias públicas, sem distinção quanto à classificação da via.

QUESTÃO 53: Segundo a Resolução CONTRAN no 924/2022, um micro-ônibus destinado à condução coletiva...
GABARITO PRELIMINAR: A
COMENTÁRIO: A alternativa A está correta, pois reproduz o art. 2º, caput, da Resolução CONTRAN nº 924/2022: "Os campos de visão referidos nos Anexos desta Resolução deverão ser obtidos por meio de espelhos retrovisores, equipamentos do tipo câmera-monitor, pela combinação desses equipamentos ou por outros dispositivos com comprovada eficiência técnica." O § 1º do mesmo artigo esclarece que os outros dispositivos são aqueles que resultam de inovação tecnológica e podem substituir os equipamentos previstos. A alternativa B está incorreta, pois a norma não restringe a visibilidade a câmeras nem prevê conexão com central de rastreamento via satélite. A alternativa C está incorreta, pois a Resolução admite expressamente equipamentos do tipo câmera-monitor e outros dispositivos, não havendo a vedação mencionada. A alternativa D está incorreta, pois sensores de estacionamento não produzem campo de visão e a norma não prevê a dispensa dos espelhos retrovisores. A alternativa E está incorreta, pois sistemas de iluminação não são capazes de proporcionar o campo de visão indireta exigido pela Resolução.

QUESTÃO 54: De acordo com a Resolução CONTRAN no 723/2018, considere a seguinte situação hipotética: um motorista que não exerce atividade remunerada...
GABARITO PRELIMINAR: E
COMENTÁRIO: A alternativa E está correta. Nos termos do art. 3º da Resolução CONTRAN nº 723/2018 (redação dada pela Resolução CONTRAN nº 844/2021), em consonância com o art. 261, I, "a", do CTB, a penalidade de suspensão do direito de dirigir será imposta quando o infrator atingir, no período de 12 meses, a contagem de 20 pontos, caso constem 2 ou mais infrações gravíssimas na pontuação. O enunciado esclarece que o condutor não exerce atividade remunerada ao veículo, o que afasta a regra especial do art. 261, § 5º, do CTB. A alternativa A está incorreta, pois a cassação do documento de habilitação tem hipóteses próprias (art. 263 do CTB) e a imposição de qualquer penalidade observa o devido processo administrativo, com direito a defesa e recurso. A alternativa B está incorreta, pois a advertência por escrito (art. 267 do CTB) se aplica a infrações de natureza leve ou média, não à hipótese de atingimento da pontuação. A alternativa C está incorreta, pois a penalidade de apreensão do veículo foi suprimida do CTB pela Lei nº 13.281/2016, e nenhuma penalidade dispensa notificação. A alternativa D está incorreta, pois o exame toxicológico não constitui consequência administrativa do atingimento da pontuação.

QUESTÃO 55: Segundo a Resolução CONTRAN no 1.004/2023, que dispõe sobre o Plano Nacional de Redução de Mortes...

GABARITO PRELIMINAR: B

COMENTÁRIO: A alternativa B está correta. Nos termos da Resolução CONTRAN nº 1.004/2023, a meta do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) é, no período de dez anos, reduzir no mínimo à metade o índice nacional de mortes no trânsito por 100.000 habitantes, relativamente ao índice apurado em 2020, em consonância com o art. 326-A do CTB, na redação dada pela Lei nº 14.599/2023. A alternativa A está incorreta, pois a meta não é a eliminação total das mortes nem o prazo é de cinco anos. As alternativas C e D estão incorretas, pois o PNATRANS não estabelece metas de redução da frota em circulação nem de aumento da frota de veículos elétricos. A alternativa E está incorreta, pois a meta se refere ao índice nacional de mortes por grupo de habitantes, abrangendo todas as vias, e não apenas os acidentes em rodovias federais.

Legislação Estadual - Questões de 56 a 60 comentadas pelo prof. Vandré Amorim

QUESTÃO 56: O Decreto estadual no 68.347/2024 dispõe sobre o Sistema Estadual de Trânsito do estado de São Paulo, o Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN)...

GABARITO PRELIMINAR: D

COMENTÁRIO: A alternativa D está correta. Nos termos do art. 17 do Decreto estadual nº 68.347/2024, o CETRAN-SP examinará, a qualquer tempo, de ofício ou por representação do interessado, o funcionamento das JARIs, especialmente quanto à observância do Código de Trânsito Brasileiro, de sua legislação complementar, do referido decreto e do Regimento Interno do CETRAN-SP. A alternativa A está incorreta, pois, conforme o art. 10, § 1º, é o Procurador Geral do Estado, e não o presidente do DETRAN-SP, quem designa o órgão que presta consultoria e assessoramento jurídico ao CETRAN-SP. A alternativa B está incorreta, pois, nos termos do art. 9º, o CETRAN-SP é formado por 55 membros titulares, sendo um Presidente e 54 Conselheiros, com seus respectivos suplentes. A alternativa C está incorreta, pois o art. 9º exige dos membros reconhecida experiência em matéria de trânsito e residência permanente no Estado de São Paulo, e não na capital. A alternativa E está incorreta, pois o Presidente do CETRAN-SP é indicado pela Secretaria de Gestão e Governo Digital e designado por ato do Governador do Estado (art. 9º, I e § 1º), não sendo eleito por seus pares.

QUESTÃO 57: De acordo com o Decreto no 68.700/2024 do estado de São Paulo, o empregado público que pretende...

GABARITO PRELIMINAR: C

COMENTÁRIO: A alternativa C está correta. Nos termos do art. 12 do Decreto estadual nº 68.700/2024, poderá participar do processo de progressão o empregado público que, em 30 de junho do ano de referência, conte com interstício mínimo de 3 anos de efetivo exercício no mesmo emprego público e grau (inciso I), não possua mais de 6 faltas, justificadas ou injustificadas, em cada ano civil, no interstício do grau (inciso II), e não tenha sofrido penalidade administrativa nos 36 meses que antecedem o processo de progressão (inciso III). A assertiva I está correta, pois João, com 2 anos de efetivo exercício, não atende ao interstício mínimo de 3 anos. A assertiva II está correta, pois Maria possui mais de 6 faltas por ano civil, e o decreto computa tanto as faltas justificadas quanto as injustificadas. A assertiva III está incorreta, pois José, com exatamente 6 faltas injustificadas por ano civil, não ultrapassa o limite do inciso II ("não possuir mais de 6 faltas") e, portanto, pode participar do processo. A assertiva IV está correta, pois Pedro sofreu penalidade administrativa dentro do período de 36 meses que antecede o processo de progressão. Estão corretas, portanto, as assertivas I, II e IV.

QUESTÃO 58: O Decreto no 68.829/2024 do estado de São Paulo configura importante normativa cujo escopo é dispor sobre vedação, medidas de prevenção e detecção...

GABARITO PRELIMINAR: D

COMENTÁRIO: A alternativa D está correta. Nos termos do art. 8º, VII, do Decreto estadual nº 68.829/2024, não se incluem nas vedações do decreto as nomeações para cargos de natureza política. A alternativa A está incorreta, pois, conforme o art. 2º, parágrafo único, as nomeações ou designações recíprocas envolvendo pelo menos um órgão ou entidade da Administração Pública estadual também configuram nepotismo. A alternativa B está incorreta, pois o art. 5º dispõe que o nepotismo viola os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade e configura ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, XI, da Lei nº 8.429/1992. A alternativa C está incorreta, pois, conforme o art. 7º, § 1º, as vedações relativas a estagiários e a contratados para atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público não se aplicam quando o ingresso for precedido de processo seletivo. A alternativa E está incorreta, pois o art. 4º considera parente a pessoa unida a outra por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e não até o segundo grau, bem como o cônjuge ou companheiro.

QUESTÃO 59: A respeito da estrutura do DETRAN-SP, tendo por base o Decreto estadual no 69.053/2024, assinale...
GABARITO PRELIMINAR: E
COMENTÁRIO: A alternativa E está correta. Nos termos do art. 4º, II, do Decreto estadual nº 69.053/2024, são unidades de assessoramento direto do DETRAN-SP o Gabinete, a Assessoria de Apoio Técnico e Administrativo, a Assessoria de Comunicação Institucional, a Assessoria de Demandas Judiciais e a Assessoria de Governança e Estratégia. A alternativa A está incorreta, pois a Diretoria de Controle e Integridade é unidade de direção setorial (art. 4º, III). As alternativas B e D estão incorretas, pois as Juntas Administrativas de Recursos e o Conselho de Ética são órgãos colegiados (art. 4º, V). A alternativa C está incorreta, pois a Vice-Presidência é unidade de direção superior (art. 4º, I), ainda que tenha entre suas competências o assessoramento direto à Presidência (art. 8º, I).

QUESTÃO 60: A respeito do conflito de interesse na Administração Pública direta e autárquica, nos termos do Decreto no 69.474/2025 do estado...
GABARITO PRELIMINAR: D
COMENTÁRIO: A alternativa D está correta, pois reproduz o art. 4º, § 2º, do Decreto estadual nº 69.474/2025: "Nas relações públicas institucionais entre autoridades nacionais e estrangeiras inexiste conflito de interesses." A alternativa A está incorreta, pois os Secretários de Estado estão expressamente sujeitos ao decreto (art. 2º, I), inclusive em gozo de licença ou em período de afastamento. A alternativa B está incorreta, pois o decreto estabelece que o conflito de interesses potencial, isoladamente, não enseja a imposição de sanção. A alternativa C está incorreta, pois, nos termos do art. 4º, § 4º, a caracterização do conflito de interesses não afasta as hipóteses de proibição, impedimento e suspeição previstas na legislação vigente. A alternativa E está incorreta, pois, conforme o art. 4º, § 1º, a configuração do conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro.

GABARITO EXTRAOFICIAL

CONCURSO DETRAN SP – AGENTE DE TRÂNSITO

CADERNO DE PROVA TIPO 1

QUESTÕES DE 1 A 60

Questão	Disciplina	Gabarito	Cabe Recurso?
1	Língua Portuguesa	C	
2	Língua Portuguesa	E	
3	Língua Portuguesa	A	
4	Língua Portuguesa	C	
5	Língua Portuguesa	B	
6	Língua Portuguesa	D	
7	Língua Portuguesa	A	
8	Língua Portuguesa	D	
9	Língua Portuguesa	E	
10	Língua Portuguesa	B	
11	RLM	A	

ESTE GABARITO EXTRAOFICIAL FOI RESOLVIDO PELO CORPO DOCENTE DO GRAN CURSOS ONLINE. A RESOLUÇÃO E OS COMENTÁRIOS TÊM CARÁTER DIDÁTICO. O GABARITO EXTRAOFICIAL NÃO SERÁ, PORTANTO, OBJETO DE RECURSO.

A FUNDAMENTAÇÃO DAS QUESTÕES PASSÍVEIS DE RECURSO, CONFORME O GABARITO OFICIAL, SERÃO DISPONIBILIZADAS NO BLOG DO GRAN CURSOS ONLINE (ACESSE CLICANDO AQUI) DURANTE O PRAZO DISPONÍVEL PARA RECURSOS, SENDO DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A ELABORAÇÃO E ENVIO DO RECURSO PARA A BANCA ORGANIZADORA.

12	RLM	B	
13	RLM	D	
14	RLM	E	
15	RLM	C	
16	Informática	D	
17	Informática	D	
18	Informática	A	
19	Informática	B	
20	Informática	A	
21	Direito Constitucional	B	
22	Direito Constitucional	C	
23	Direito Constitucional	A	
24	Direito Constitucional	E	
25	Direito Constitucional	D	
26	Direito Administrativo	C	
27	Direito Administrativo	B	
28	Direito Administrativo	A	
29	Direito Administrativo	D	
30	Direito Administrativo	E	

ESTE GABARITO EXTRAOFICIAL FOI RESOLVIDO PELO CORPO DOCENTE DO GRAN CURSOS ONLINE. A RESOLUÇÃO E OS COMENTÁRIOS TÊM CARÁTER DIDÁTICO. O GABARITO EXTRAOFICIAL NÃO SERÁ, PORTANTO, OBJETO DE RECURSO.

A FUNDAMENTAÇÃO DAS QUESTÕES PASSÍVEIS DE RECURSO, CONFORME O GABARITO OFICIAL, SERÃO DISPONIBILIZADAS NO BLOG DO GRAN CURSOS ONLINE (ACESSE CLICANDO AQUI) DURANTE O PRAZO DISPONÍVEL PARA RECURSOS, SENDO DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A ELABORAÇÃO E ENVIO DO RECURSO PARA A BANCA ORGANIZADORA.

31	CTB	A	
32	CTB	C	
33	CTB	E	
34	CTB	B	
35	CTB	C	
36	CTB	D	
37	CTB	E	
38	CTB	D	
39	CTB	B	
40	CTB	A	
41	CTB	D	
42	CTB	B	
43	CTB	C	
44	CTB	C	
45	CTB	C	
46	CTB	D	
47	CTB	E	
48	Resoluções do CONTRAN	A	
49	Resoluções do CONTRAN	B	
50	Resoluções do CONTRAN	A	
51	Resoluções do CONTRAN	B	

ESTE GABARITO EXTRAOFICIAL FOI RESOLVIDO PELO CORPO DOCENTE DO GRAN CURSOS ONLINE. A RESOLUÇÃO E OS COMENTÁRIOS TÊM CARÁTER DIDÁTICO. O GABARITO EXTRAOFICIAL NÃO SERÁ, PORTANTO, OBJETO DE RECURSO.

A FUNDAMENTAÇÃO DAS QUESTÕES PASSÍVEIS DE RECURSO, CONFORME O GABARITO OFICIAL, SERÃO DISPONIBILIZADAS NO BLOG DO GRAN CURSOS ONLINE (ACESSE CLICANDO AQUI) DURANTE O PRAZO DISPONÍVEL PARA RECURSOS, SENDO DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A ELABORAÇÃO E ENVIO DO RECURSO PARA A BANCA ORGANIZADORA.

52	Resoluções do CONTRAN	C	
53	Resoluções do CONTRAN	A	
54	Resoluções do CONTRAN	E	
55	Resoluções do CONTRAN	B	
56	Legislação Estadual	D	
57	Legislação Estadual	C	
58	Legislação Estadual	D	
59	Legislação Estadual	E	
60	Legislação Estadual	D	

Gran Cursos Online

ESTE GABARITO EXTRAOFICIAL FOI RESOLVIDO PELO CORPO DOCENTE DO GRAN CURSOS ONLINE. A RESOLUÇÃO E OS COMENTÁRIOS TÊM CARÁTER DIDÁTICO. O GABARITO EXTRAOFICIAL NÃO SERÁ, PORTANTO, OBJETO DE RECURSO.

A FUNDAMENTAÇÃO DAS QUESTÕES PASSÍVEIS DE RECURSO, CONFORME O GABARITO OFICIAL, SERÃO DISPONIBILIZADAS NO BLOG DO GRAN CURSOS ONLINE (ACESSE CLICANDO AQUI) DURANTE O PRAZO DISPONÍVEL PARA RECURSOS, SENDO DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A ELABORAÇÃO E ENVIO DO RECURSO PARA A BANCA ORGANIZADORA.